



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Pró-Reitoria de Gestão e Governança
Gabinete da Superintendência-Geral de Gestão
Coordenação Geral de Licitações
Divisão de Licitações

EDITAL Nº 33/2022 SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL/2022

Processo nº 23079.221583/2022-16

EDITAL SIMPLIFICADO CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL Nº 33/2022 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23079.221583/2022-16)

Torna-se público que a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da Pró-Reitoria de Gestão e Governança, localizada na Rua Aloísio Teixeira, 278, Prédio 5, Parque Tecnológico, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-850, realizará convocação pública para obtenção de proposta mais vantajosa com vistas à contratação emergencial, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO PRAZO LIMITE, DO ENDEREÇO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DA SESSÃO PÚBLICA

- 1.1. As propostas serão recebidas, por meio eletrônico ou presencial, até o prazo limite de 10:00h do dia 24/06/2022;
- 1.2. Endereço eletrônico para recebimento das propostas: dispensadelicitacao@pr6.ufrj.br;
- 1.3. Endereço para recebimento presencial das propostas: Rua Aloísio Teixeira, 278, Prédio 5, Parque Tecnológico, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-850;
- 1.4. A abertura, classificação, julgamento de proposta e habilitação ocorrerão em sessão pública:
 - 1.4.1. Data da sessão: 24/06/2022;
 - 1.4.2. Horário: 10:00;
 - 1.4.3. Local: Sala de Reuniões da PR-6, no endereço constante do subitem 1.3 deste Edital.
 - 1.4.4. Em razão do aumento de casos de Covid-19, a sessão pública presencial estará limitada à ocupação de cinco empresas, com um representante cada, por ordem de chegada, sendo obrigatório o uso de máscara. Demais interessados deverão acompanhar a abertura de propostas por vídeo conferência, no endereço eletrônico <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/ufrj-reitoria-sala-de-reuniao-3>, cuja senha para os participantes é confreitoriasl3.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto do presente certame é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, em caráter emergencial, de **serviços de limpeza, asseio e conservação predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos para atender às necessidades das UNIDADES DO CAMPUS DA PRAIA VERMELHA, UNIDADES DO PRÉDIO DO CCMN E DO PRÉDIO DO LABORATÓRIO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (LADETEC) estes dois últimos localizados no CAMPUS DA ILHA DO FUNDÃO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. A dispensa de licitação será dividida em um item isolado e um grupo (formado por dois itens), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao proponente a participação a participação no item isolado e/ou no grupo, conforme for do seu interesse, devendo, no caso do grupo, oferecer proposta para todos os itens que o compõe, e podendo participar ou não do item isolado.
- 2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item (no caso do item isolado) e o menor preço global do grupo (no caso do grupo), observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 2.4. O critério de aceitabilidade dos preços unitários, tanto no caso do item isolado quanto no caso do grupo, será o valor unitário máximo estabelecido pela Administração para cada item, conforme consta do Termo de Referência. Dessa forma, não há possibilidade de contratação do grupo, estando algum item acima do valor máximo estabelecido pela Administração.
- 2.5. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.
- 2.6. A planilha detalhada do orçamento da Administração será divulgada somente após encerramento do prazo de recebimento das propostas e será utilizada para eventuais ajustes nas planilhas dos proponentes, nos termos deste Edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15236/153115
Fonte: 8100
Programa de Trabalho: 169837
Elemento de Despesa: 339039
PI: V0000G01LZN

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Para participação neste certame, os interessados deverão possuir o credenciamento, ao menos, no nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5. DA PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME

- 5.1. Poderão participar deste certame interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto a ser contratado, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF.
- 5.2. Não poderão participar deste certame os interessados:
 - 5.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 5.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 5.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 5.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

- 5.2.5. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 5.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 5.2.8. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Os interessados entregarão, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou presencialmente, e até o prazo limite estabelecido no item 1 deste instrumento, os documentos de habilitação exigidos neste Edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, incluindo a planilha de custos e formação de preços devidamente preenchida, conforme modelo Anexo a este Edital.
 - 6.1.1. Os documentos de proposta e de habilitação enviados por correio eletrônico serão mantidos em sigilo até a abertura da sessão pública.
- 6.2. A entrega de documentos ocorrerá em uma única etapa, devendo os interessados entregar os documentos de proposta e os documentos de habilitação em uma ou mais mensagens de correio eletrônico, se necessário, ou em um ou mais envelopes, em caso de entrega presencial, até a o prazo limite estabelecido, contendo a identificação do número do processo administrativo a que se refere este Edital e a identificação do proponente (Razão social e CNPJ).
- 6.3. Em caso de documento de habilitação ausente ou incompleto, será concedida oportunidade de entrega com prazo máximo de 24 horas a contar da solicitação do comprador, servidor da UFRJ responsável pelo julgamento de proposta e habilitação neste certame.
- 6.4. Os participantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O interessado deverá redigir sua proposta **em conformidade com o modelo anexo a este Edital**, observando em especial o preenchimento dos seguintes pontos:
 - 7.1.1. Valor unitário (mensal) e total (semestral) de cada item e o respectivo somatório no caso do grupo;
 - 7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
 - 7.1.3. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;
 - 7.1.4. A quantidade de pessoal em regime de dedicação exclusiva que será alocado na execução contratual;
- 7.2. A proposta deverá estar acompanhada da planilha de custos e formação de preços, devidamente preenchida, em conformidade com o modelo anexo a este Edital.
- 7.3. Os proponentes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquelas estabelecidas pela Administração como referência, desde que respeitados os limites máximos estabelecidos no Termo de Referência e na planilha de custos e formação de preços disponibilizada como modelo.
- 7.4. Na elaboração da proposta, o proponente deverá considerar 2 (duas) casas decimais em seus preços unitários e totais, em conformidade com o Art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.069/1995, não cabendo a exceção prevista no § 5º do mesmo artigo. Do contrário, a empresa deverá arredondar para baixo o preço unitário ofertado, ou seja, as casas decimais excedentes serão simplesmente desprezadas no preço unitário, podendo resultar, consequentemente, em novo valor total.
- 7.5. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou seu representante legal. Deverá, também, conter a indicação do banco, número da conta e agência do proponente, para fins de pagamento, caso seja contratado.
- 7.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.
 - 7.7.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 7.7.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 7.8. No presente certame, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 7.9. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 7.11. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
 - 7.11.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 7.12. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 7.13. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro proponente.
- 7.14. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
 - 7.14.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
 - 7.14.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 7.15. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o proponente ou contratada apresentar ao comprador ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
 - 7.15.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.16. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1. A abertura da sessão pública ocorrerá presencialmente na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. O comprador verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - 8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada, registrada nos autos do processo e disponibilizada na página eletrônica www.gestao.ufrj.br.
 - 8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

- 8.3. O comprador ordenará as propostas classificadas de acordo com o menor preço para o item isolado e para o grupo.
- 8.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item (no caso do item isolado) e o menor preço global do grupo (no caso do grupo), conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.5. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:
- 8.5.1. por empresas brasileiras;
 - 8.5.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 8.5.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.6. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada na presença de todos os participantes.
- 8.7. Concluída a classificação, o comprador iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1. Encerrada a fase de verificação inicial das propostas, o comprador examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 9.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo proponente, conforme anexo deste Edital.
- 9.3. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 9.4. Será desclassificada a proposta, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, que:
- 9.4.1. não estiver em conformidade como os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 9.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 9.4.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;
 - 9.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
 - 9.4.4.1. Quando o proponente não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
 - 9.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório do certame não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - 9.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias, acordo, dissídio ou convenção coletivas de trabalho vigentes.
 - 9.4.4.2. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as proponentes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
 - 9.4.4.2.1. Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2022/2023, entre o SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91 e o SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ n. 34.273.029/0001-69. NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: **RJ000618/2022**. DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/04/2022. NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR014901/2022. NÚMERO DO PROCESSO:13041.103666/2022-06. DATA DO PROTOCOLO: 07/04/2022.
 - 9.4.4.2.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos proponentes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada proponente/contratante.
 - 9.4.5. apresentar produtividades superiores àquelas estabelecidas pela Administração como referência.
- 9.5. É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:
- 9.5.1. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP nº 5, de 2017);
 - 9.5.2. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP nº 5/2017);
 - 9.5.3. rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);
 - 9.5.4. rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);
 - 9.5.5. rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);
 - 9.5.6. rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).
- 9.6. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do proponente, devendo o comprador determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha.
- 9.6.1. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.
- 9.7. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.9. Quando o proponente apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 9.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.11. O comprador poderá convocar o proponente para enviar documento complementar à proposta, por meio de correio eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.11.1. É facultado ao comprador prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo proponente, antes de findo o prazo.
 - 9.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo comprador, destacam-se as planilhas de custo readequadas, caso necessário ajuste ou retificação em alguma rubrica.
- 9.12. Em razão da complexidade das planilhas, a análise poderá exceder o dia da sessão pública. Nessa hipótese, os atos e comunicados do comprador serão enviados, por correio eletrônico, à todos os proponentes (para os endereços de e-mail informados em suas propostas), bem como serão publicados na página

eletrônica do órgão promotor do certame, www.gestao.ufrj.br.

9.13. Todos os dados informados pelo proponente em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.14. O comprador analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

9.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo proponente, no prazo indicado pelo comprador, desde que não haja majoração do preço.

9.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, por exemplo, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.16. Se a proposta vencedora for desclassificada, o comprador examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.17. Deverá ser utilizado, preferencialmente, o modelo de proposta sintética anexo a este Edital. Já o modelo de planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada integralmente conforme o modelo anexo a este Edital.

9.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o comprador verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o comprador verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10906167987114::NO:3,4,6::>);

10.1.1. Para a consulta de proponentes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.1.2. O proponente será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o comprador reputará o proponente inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 e serão verificados, também, os documentos de habilitação recebidos por correio eletrônico.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

10.2.2. É dever do proponente atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do proponente, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo comprador lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por correio eletrônico, no prazo de 2 (duas horas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de proponente matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 6.4, para fins de habilitação, os proponentes deverão enviar por correio eletrônico, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir.

10.8. Habilitação jurídica:

10.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.8.4. no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

10.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.8.6. os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8.7. procuração, se for o caso, acompanhada de documento de identidade e CPF do procurador.

10.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

10.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.7. caso o proponente seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto a ser contratado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal ou do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.10. Qualificação Econômico-Financeira:

10.10.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do proponente, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na omissão deste, emitida, no máximo, há 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura da sessão pública;

10.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o proponente deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

10.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

10.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.10.5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

10.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

10.10.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

10.10.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, não é superior ao Patrimônio Líquido do proponente, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

10.10.5.3.1. a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

10.10.5.3.2. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

10.11. Qualificação Técnica:

10.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste certame, ou com o item e/ou grupo pertinente(s), por período não inferior a um ano, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.11.1.1. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.11.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão estar em conformidade com as exigências previstas no subitem 24.3 e seguintes do Termo de Referência.

10.11.2. Declaração de que instalará escritório na cidade do Rio de Janeiro, ou em um raio máximo de até 25 km da cidade do Rio de Janeiro, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017, conforme modelo do Anexo VIII deste Edital. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

10.11.3. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo anexo a este Edital.

10.11.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo proponente em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo anexo a este Edital.

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, tal procedimento poderá exceder o dia da sessão pública. Nessa hipótese, os atos e comunicados do comprador serão enviados, por correio eletrônico, à todos os proponentes (para os endereços de e-mail informados em suas propostas), bem como serão publicados na página eletrônica do órgão promotor do certame, www.gestao.ufrj.br.

10.13. Caso seja verificada a ausência de documento de habilitação, ou caso tenha sido apresentado documento de habilitação incompleto, será dado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, improrrogáveis, ao proponente para entrega do documento faltante.

10.14. Após o prazo informado no subitem anterior, será inabilitado o proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15. O proponente provisoriamente vencedor em um item e/ou grupo, que estiver concorrendo em outro item e/ou grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item e/ou grupo em que venceu às do item e/ou grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.15.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o item e/ou grupo de menor valor, cuja retirada seja suficiente para a habilitação do proponente no remanescente.

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor.

11. DA DECLARAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

11.1. Além da declaração do vencedor ser registrada nos autos do processo, o resultado do julgamento será publicado na página eletrônica www.gestao.ufrj.br, também como no Diário Oficial da União.

11.2. A proposta final, após ajustes, se for o caso, deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. A proposta vencedora e os documentos complementares, caso exigidos, estarão disponíveis na página eletrônica www.gestao.ufrj.br.

11.4. Também será publicada, na página eletrônica www.gestao.ufrj.br, a ordem de classificação dos demais proponentes, mesmo não tendo sido analisados os documentos de habilitação, para, se for o caso, serem chamados caso ocorra algum impedimento para a contratação da vencedora.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a publicação do resultado no Diário Oficial da União – DOU, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato.

13.2. O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação por correio eletrônico, para assinar o Termo de Contrato, cujo arquivo em PDF seguirá anexado na convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. O prazo aqui informado será utilizado para comparecimento ao órgão para a assinatura do Termo de Contrato, ou alternativamente, para devolução do documento (recebido em PDF) com as devidas assinaturas.

13.3. O prazo de vigência da contratação é de até 180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis, conforme previsão no Termo de Referência e no Termo de Contrato.

13.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo proponente durante a vigência do contrato.

13.6. Na hipótese de o vencedor deste certame não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse proponente, poderá convocar outro proponente, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

14. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

18. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

18.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o proponente que:

19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. apresentar documentação falsa;

19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. não mantiver a proposta;

19.1.6. cometer fraude fiscal;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação ou o conluio entre os proponentes participantes, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento do prazo para entrega das propostas.

19.3. O proponente que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

19.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do proponente;

19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do proponente, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

- 19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 19.13. A dosimetria da penalidade de impedimento de licitar e contratar utilizará como base os parâmetros estabelecidos na norma interna da UFRJ sobre o tema, disponível em https://gestao.ufrj.br/images/Instrumentos_Normativos/NG_2501-01.00.pdf.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Será emitida Ata da sessão pública, relatando as propostas recebidas, em ordem de classificação e o comparecimento, se for o caso, de representantes de empresas proponentes.
- 20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo comprador.
- 20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a chamada pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o comprador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.5. A publicação do resultado deste certame não implicará direito à contratação.
- 20.6. As normas disciplinadoras deste certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 20.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gestao.ufrj.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos, no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das nove horas às dezesseis horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 20.12. Eventuais pedidos de esclarecimentos serão respondidos, se enviados até às 16:00h do dia útil anterior à abertura das propostas para o endereço de correio eletrônico dispensadelicitacao@pr6.ufrj.br, ou por telefone (21) 3938-0678.
- 20.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.13.1. ANEXO I - Termo de Referência (SEI nº 2025710);
- 20.13.1.1. Anexos do Termo de Referência: I - Formulário de ocorrências para manutenção; II - Instrumento de Medição de Resultado (IMR); III - Instrumento de Consolidação de Resultado dos Serviços de Limpeza; IV - Modelo de Formulário para Controle de Entrega de Materiais; V - Formulário de Recebimento do Uniforme (servente); V.A - Formulário de Recebimento do Uniforme (encarregado); VI - Declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço; VII - Declaração de parentesco.
- 20.13.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato (SEI nº 2036073);
- 20.13.3. ANEXO III - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº 2025724);
- 20.13.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços Sintética (neste documento);
- 20.13.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública (neste documento);
- 20.13.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Estabelecimento de Escritório (neste documento);
- 20.13.7. ANEXO VII - Modelo de Atestado de Vistoria e Opção de Não Realização de Vistoria com Declaração de Pleno Conhecimento (neste documento).

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2022.

DANIELE MENDONÇA DELGADO
Administradora



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Mendonça Delgado, Administrador**, em 20/06/2022, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrj.br/autentica>, informando o código verificador **2039105** e o código CRC **2FF063BD**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: O Termo de Referência e seus anexos, em sua íntegra, são aqueles dispostos no processo administrativo (documentos SEI nº 2025710), que também poderão ser consultados eletronicamente no seguinte arquivo digital postado na página do órgão www.gestao.ufrj.br: Anx1 - Termo de Referência - Emergencial_Limpeza_PV_CCMN_LADETEC_2022.pdf.

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

OBS: A Minuta de Termo de Contrato, em sua íntegra, é aquela disposta no processo administrativo (documento SEI nº 2036073), que também poderá ser consultada eletronicamente no seguinte arquivo digital postado na página do órgão www.gestao.ufrj.br: Anx2 - Minuta de Contrato - Emergencial_Limpeza_PV_CCMN_LADETEC_2022.pdf.

ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

OBS: O modelo de planilha de custos e formação de preços da Administração, é aquele disposto no processo administrativo (documentos SEI nº 2025724), que também poderá ser consultado eletronicamente no seguinte arquivo digital postado na página do órgão www.gestao.ufrj.br: Anx3 - Modelo de planilha - Emergencial_Limpeza_PV_CCMN_LADETEC_2022.ods.

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO SINTÉTICA

PROPONENTE:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE E E-MAIL:	
DADOS BANCÁRIOS:	
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 33/2022	
OBJETO:	
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: / /	HORÁRIO: h
VALIDADE DA PROPOSTA: (não inferior a 60 dias)	

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UASG 153115)
Prezados Senhores

Encaminhamos a V.Sas. nossa proposta de preços para a contratação, em caráter emergencial, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos para atender às necessidades das UNIDADES DO CAMPUS DA PRAIA VERMELHA, UNIDADES DO PRÉDIO DO CCMN E DO PRÉDIO DO LABORATÓRIO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (LADETEC) estes dois últimos localizados no CAMPUS DA ILHA DO FUNDÃO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Grupo	Item	Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Qtd	Valor Mensal	Valor Total
-	1	Prestação de Serviço especializado de limpeza - Campus da Praia Vermelha	mês	6	R\$	R\$
1	2	Prestação de Serviço especializado de limpeza - Prédio do CCMN	mês	6	R\$	R\$
	3	Prestação de Serviço especializado de limpeza - Prédio do LADETEC	mês	6	R\$	R\$
Valor total do Grupo 1 (composto por itens 2 e 3)					R\$	R\$
Valor total da proposta (somatório do Item 1 + Grupo 1)					R\$	R\$

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTITATIVO DE TRABALHADORES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

O valor total é de R\$ _____ (valor por extenso), sendo parte integrante desta proposta a planilha de custos e formação de preços.

O preço proposto contempla todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, tais como de pessoal e de administração, e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc) incidentes sobre os serviços objeto deste certame, nada mais sendo lícito pleitear a este título.

Desde já declaramo-nos cientes de que a UFRJ procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

Local e data (mesma data da abertura da sessão pública)

Assinatura

Nome do Representante legal da empresa

RG e CPF

Endereço e CNPJ da Empresa

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública:

Nº Seq.	CONTRATANTE		Nº/Ano do Contrato	Período de Execução		Valor atual total dos Contratos Ativos na data proposta	Valor remanescente dos Contratos na data proposta
	Nome	CNPJ		Data de Início dd/mm/aaaa	Data de Término dd/mm/aaaa		
01							
02							
VALOR TOTAL							

Observações:

O proponente deverá informar todos os contratos vigentes.

Conforme Anexo VII-E da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, deverá ser informado o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO DO ITEM 10.10.5.3. DO EDITAL:

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada:

Valor do Patrimônio Líquido _____ x 12 > 1

Valor total remanescente dos contratos na data da proposta

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1.

Nota 2: Conforme Anexo VII-E da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, deverá ser considerado o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO DO ITEM 10.10.5.3.2. DO EDITAL:

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

(Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 =

Valor da receita bruta

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), o proponente deverá apresentar as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%:

...(escrever aqui o texto da justificativa).....

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. O proponente deverá informar todos os contratos vigentes.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE ESCRITÓRIO

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, para fins de atendimento aos requisitos de habilitação do procedimento de dispensa de licitação realizado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Edital nº 33/2022, possui ou instalará escritório na cidade do Rio de Janeiro, ou em um raio máximo de até 25 (vinte e cinco) Km, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MPDG nº 05/2017.

Escritório na cidade

() do Rio de Janeiro

() _____

na condição de:

() matriz

() filial

localizada no seguinte endereço:

(preencher com o logradouro, número, complemento, bairro e CEP).

Declaro ainda manter a referida unidade em atividade durante toda a vigência do contrato, em caso de adjudicação de nossa proposta.

Local e data

 (Assinatura, nome legível e CPF do representante legal da empresa)

ANEXO VII – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA E OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA COM DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

Referência: Edital simplificado - Dispensa de Licitação para Contratação Emergencial nº 33/2022

Data: ____/____/2022.

Empresa proponente: (Razão social e CNPJ)

A empresa proponente acima identificada ATESTA, por meio de seu representante legal ou empregado/preposto por ele indicado, Sr. (a) _____ (nome) _____, _____ (cargo) _____, que:

() OPÇÃO 1: NÃO EFETUOU vistoria nas dependências da UFRJ, assumindo o compromisso de atender aos requisitos e exigências do edital, nas condições e características verificadas no momento da prestação dos serviços, não havendo possibilidade de posteriores alegações para o não cumprimento integral do objeto da referida contratação nem quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. Também como, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento das condições necessárias e das peculiaridades inerentes à natureza do trabalho para a prestação dos serviços objeto do referido certame, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA e na minuta de CONTRATO.

() OPÇÃO 2: EFETUOU vistoria nas dependências da UFRJ onde os novos serviços e equipamentos serão instalados, recebendo informações sobre cumprimento integral do objeto da referida Licitação. Declara ainda que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto ao fornecimento, bem como quanto ao modo, condições e locais da prestação dos serviços, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

Representante da Empresa:

(nome completo, telefone e e-mail) _____

(assinatura) _____

Em caso de realização de vistoria:

Representante da UFRJ que acompanhou a vistoria:

(nome completo, cargo e assinatura) _____

DATA: ____ / ____ / 2022

Chamada pública para contratação emergencial por dispensa de licitação - Edital simplificado nº 33/2022.